



AESE

ESCOLA DE DIRECÇÃO
E NEGÓCIOS

Publicação: quinzenal
Director: J.L.Carvalho Cardoso
Editor e Proprietário: AESE
Impresso por: Cromaticamente
Depósito legal: n.º 21228/88
Preço: € 1

CORREIO DA AESE

23º Ano

Nº 549, 15-1-2011

DOCUMENTAÇÃO

INGLATERRA: PAGAMENTO UNIVERSITÁRIO

Uma comissão independente recomendou a liberdade para os preços das matrículas universitárias em Inglaterra e dar aos estudantes mais facilidades de pagamento. Pelo contrário, liberais-democratas e trabalhistas queriam abolir as propinas e financiar as universidades com um imposto especial aos licenciados.

Que o dinheiro acompanhe o estudante aonde ele quiser ir: era um princípio fundamental da proposta para reformar o financiamento das universidades inglesas (as outras partes da Grã-Bretanha têm os seus próprios sistemas). A ideia era de uma comissão presidida por Lord John Browne, ex-presidente da BP (*Securing a Sustainable Future for Higher Education in England*, Outubro de 2010). Foi encarregada pelo anterior governo trabalhista de Gordon Brown, mas não subscreve as ideias deste partido. Seria apoiada pelos conservadores, mas os liberais-democratas, no poder juntamente com os conservadores, pensam nesta matéria como os trabalhistas.

A missão confiada a Lord Browne era encontrar uma fórmula para remediar o insuficiente financiamento das universidades sem cortar o acesso aos estudantes com menos posses, nem lançar todo o esforço adicional sobre o erário público.

Desde a reforma anterior, dos tempos de Tony Blair, as universidades não podem cobrar mais de uma quantia fixa pelo Estado - 3290 libras (3738 euros) para o presente ano lectivo - aos estudantes do país e do resto da União Europeia. Quase todas atingem esse limite, pois a despesa por aluno situa-se nas 7000 libras em média. O Estado avança o dinheiro das propinas mais subsídios directos, que, segundo as universidades, não cobrem o custo, e dá

créditos aos estudantes para o apoio. A ajuda é escalonada segundo os rendimentos familiares: a máxima é de 2906 libras por ano, para rendimentos de 25 000 libras ou menos; os rendimentos superiores a 50 000 libras estão excluídos. Os créditos podem ser de até 5500 libras anuais e também dependem dos rendimentos familiares, mas não há limite de rendimento para os solicitar. Os alunos não devolvem o dinheiro até terminarem o curso e começam a devolvê-lo (propinas mais crédito, se o pediram) depois de terminarem o curso, desde que ganhem mais de 15 000 libras por ano. Concretamente, pagam 9% do que exceder essa quantia. A taxa de juro é igual à inflação do ano anterior e, portanto, nula em termos reais. Se ao fim de 25 anos não tiverem saldado a dívida, esta é encerrada. Em média, os homens satisfazem-na em 13 anos e as mulheres em 17 anos.

A proposta do relatório Browne era que os estudantes suportassem toda ou uma parte maior do custo real do ensino, em troca de maiores facilidades de pagamento. Seria suprimido o limite das propinas, mas a universidade que cobrasse mais de 6000 libras seria submetida a um imposto sobre o excesso, para compensar parcialmente o Estado pelo que teria de adiantar. Os licenciados teriam um limite superior de rendimentos, 21 000 libras anuais, para serem obrigados a devolver a antecipação ao Estado, mas a vigência máxima da dívida seria ampliada em cinco anos, até aos 30. Deste modo, o relatório calculava que 20% dos licenciados com menos rendimentos acabariam por pagar menos que hoje, e somente 40% com salários mais elevados devolveriam ao Estado tudo o que lhes adiantou.

Segundo Browne, esse sistema daria mais liberdade tanto às universidades como aos estudantes.

Às universidades, porque dependeriam menos de subsídios estatais e mais das propinas dos alunos: poderiam cobrar tudo o que a procura estivesse disposta a pagar.

A contrapartida seria ficarem submetidas à concorrência, efeito das maiores possibilidades de escolha que os estudantes teriam graças a outras medidas recomendadas pela comissão Browne. Uma era estabelecer um sistema de informação normalizado para que os jovens pudessem comparar as ofertas das universidades; os dados abarcariam tanto indicadores académicos, como os frutos do ensino: por exemplo, o nível laboral alcançado pelos licenciados. Outra proposta era permitir aumentar a oferta de lugares nas universidades mais solicitadas.

A lógica de Browne era clara: vincular as receitas das universidades à sua capacidade de atracção dos estudantes. Agora custa praticamente a mesma coisa (o limite legal) estudar em Cambridge ou numa universidade de segundo plano, o que envia sinais distorcidos à procura e não estimula a melhoria da oferta.

Um imposto aos licenciados

Essa proposta souou demasiado liberal até para os liberais-democratas, que no seu programa se declaram a favor da abolição das propinas, como foi feito na Escócia em 2007 (por acordo do anterior governo de coligação liberal-trabalhista). Mas como reconhecem que em Inglaterra já não é viável que o Estado avance todo o dinheiro a fundo perdido, e menos ainda nestes tempos de drásticos cortes orçamentais, propuseram financiar o ensino superior com um imposto especial para os licenciados. Consideram que seria a fórmula mais justa: não impediria ninguém de entrar por falta de dinheiro ou receio de contrair uma dívida onerosa, e ao mesmo tempo o ensino seria custeado pelos seus próprios beneficiários, além de o ser proporcionalmente aos benefícios que dela tirassem. Os trabalhistas tinham a mesma ideia. Também na Escócia é uma possibilidade, porque pagar o curso aos estudantes está em vias de se tornar insustentável.

A comissão Browne considerou esta solução e afastou-a por várias razões. Seria, afirma, um imposto vitalício, de tal forma que os licenciados poderiam acabar por devolver ao Estado muito mais do que receberam. Os estudantes ainda precisariam de créditos para o apoio, que, uma vez licenciados, teriam de devolver, além de pagarem o imposto; pelo contrário, na proposta do relatório entraria tudo. Com

o imposto, o Estado teria de avançar com dinheiro adicional por um largo número de anos, talvez 25, até que a recolha fiscal igualasse o gasto. Além desses inconvenientes de ordem prática, a comissão referiu outro de princípio: não haveria relação entre as dotações às universidades e a qualidade do ensino ou a satisfação dos alunos.

Essa mesma objecção foi avançada também pelas próprias universidades, pelo menos as mais prestigiadas, que se pronunciaram contra o imposto aos licenciados e a favor da proposta Browne. Queriam que as suas receitas dependessem dos preços que elas fixassem e das preferências dos alunos, de modo a que não fosse o Estado a estabelecer isso.

Um limite mais elevado para as propinas

Por seu turno, o governo começou por se declarar favorável às propostas do relatório «em linhas gerais». Os conservadores pensaram levar ao Parlamento uma solução intermédia entre a de Browne e a dos liberais-democratas e trabalhistas: subir o limite das propinas para 7000 libras anuais, exigir uma taxa de juro mais elevada para os licenciados com maiores rendimentos e isentar parcial ou totalmente da devolução aqueles que tiverem menores posses.

O governo acabou por avançar em definitivo com a proposta de triplicar o limite previsto para as propinas e dar mais facilidades de pagamento alargado aos estudantes.

Como se fossem sindicalistas franceses, os estudantes universitários ingleses protestaram violentamente contra a subida das propinas planeada pelo governo. O plano acabou por adoptar parcialmente as recomendações da comissão Browne.

O plano adoptado pelo governo, que terá de ser aprovado pelo Parlamento, não elimina o limite para as propinas, mas sobe-o para 6000 libras (7062 euros), regra geral no primeiro ano de implementação (2012-2013), ou para 9000 libras (10 590 euros), a título de excepção, sempre que a universidade tome medidas - ainda por concretizar - para favorecer a entrada de estudantes de famílias de rendimentos modestos.

No resto, o governo segue aproximadamente as recomendações do relatório Browne. Aumenta as ajudas a fundo perdido para apoio, até um máximo de 3250 libras por ano, mas baixa para 42 000 libras o limite de rendimentos familiares que podem optar por elas. Também sobe a quantia dos créditos.

Para devolver propinas e empréstimos, os licenciados pagarão 9% do que ganharem acima de 21 000 libras anuais até satisfazerem a dívida ou terem passado 30 anos, como propunha Browne. E ser-lhes-á imposta uma taxa de juro real progressiva, que será igual à inflação mais 0,15 pontos por cada 1000 libras de rendimentos acima de 21 000, até um máximo de 3 pontos (para os que ganhem 41 000 libras ou mais).

Quanto às universidades, a proposta afasta a situação actual de custo idêntico das mais prestigiadas com as de segundo plano. Quem quiser um título melhor reconhecido terá de fazer um esforço económico adicional. Isto poderia afastar dos estudos mais caros - que costumam ser os que oferecem uma maior promoção social - os jovens menos favorecidos,

mas em princípio o limite de devolução e a taxa progressiva deveriam poder evitar essa situação.

O maior risco contra a equidade é os jovens com maiores rendimentos se aproveitarem das antecipações e dos créditos para que o Estado lhes custeie o curso a um custo mínimo para eles. Assim fariam se saldassem as suas dívidas rapidamente, com pagamentos muito superiores aos obrigatórios: libertar-se-iam de juros anuais, que pelo contrário continuariam a acumular-se nas contas dos restantes jovens. O governo afirma que adoptará medidas para não penalizar os que devolvam o dinheiro pouco a pouco.

R. S.

■ GOVERNO BRITÂNICO COM AMBICIOSA REFORMA EDUCATIVA

Em plenos protestos estudantis devido ao aumento das propinas universitárias, o governo britânico publicou um Livro Branco sobre as medidas para elevar a qualidade de ensino na Grã-Bretanha. Melhorar a formação dos professores, estimular a autonomia das escolas e modernizar o plano de estudos são os pontos fundamentais da proposta.

Com este documento, intitulado *The Importance of Teaching*, o governo abre o debate para empreender a reforma do sistema educativo. Os especialistas de diversas tendências políticas concordam em qualificar o texto como um dos mais «radicais» e «ambiciosos» dos últimos anos.

Um dia antes da sua publicação, o ministro da Educação, Michael Gove, adiantou as linhas mestras do Livro Branco numa entrevista televisiva à BBC. Isto permitiu-lhe dizer de modo directo - e quase abertamente - aquilo que pensa sobre o estado actual do ensino na Grã-Bretanha. Algo que no seu prólogo o Livro Branco suaviza bastante.

Nessa entrevista, Gove explicou o que na sua opinião constitui hoje o principal problema do ensino britânico: a escassa motivação do professorado. «Nos últimos 13 anos [os da era trabalhista], arrebatou-se à profissão docente a iniciativa, o gozo e o desfrute.»

Evidentemente, Gove não insiste demasiado em meter no mesmo saco os governos de Tony Blair e de Gordon Brown; uma das coisas que mais diferenciava ambos os líderes tinha a ver com as suas posições em matéria educativa: enquanto o primeiro

adoptou medidas a favor da variedade de escolas, o segundo permaneceu ligado às posições do «velho trabalhismo».

No entanto, Gove acerta ao situar os professores no centro da reforma educativa. Assim, segue a esteira de países como Singapura, Finlândia ou Hong-Kong, que estão a conseguir os melhores resultados em todos os *rankings* internacionais com base no investimento - entre outras coisas - na excelência dos professores.

Formar melhor os professores

Uma das inovações é a proposta de envolver mais as escolas públicas na formação dos seus professores. Por um lado, o governo quer garantir que os docentes tenham um espaço do horário escolar reservado a programas de formação contínua (oferecidos pelas próprias escolas).

Por outro, concedem-se mais competências aos directores das escolas para que sejam eles - e não as autoridades educativas locais - a decidir sobre os despedimentos dos professores com baixo rendimento. Desta forma, eliminam-se pesados trâmites e consegue-se um conhecimento mais directo da realidade.

«Pode haver professores que tenham recebido pouco apoio, que estejam a atravessar um mau momento ou que necessitem da inspiração da equipa

dirigente», explica Gove. «Mas também há professores que estão a render abaixo das suas possibilidades, e estes têm de ser substituídos.»

Mais autonomia para as escolas

O governo britânico reafirma a opção de permitir que as escolas públicas se transformem em academias independentes geridas por entidades não estatais. Para alargar este modelo, o Livro Branco acrescenta novos incentivos aos que já estavam previstos pela nova Lei de Academias.

O prólogo, assinado conjuntamente por David Cameron e Nick Clegg, deixa claro que este governo quer incentivar a variedade de escolas e a liberdade de escolha: «Os professores, pais e organizações de beneficência poderão vir a abrir novas escolas onde houver uma procura clara (...). E todas as escolas, transformem-se ou não em academias, irão constatar como se reduz a burocracia montada durante os últimos anos.»

Contra aqueles que continuam a considerar irreconciliáveis a liberdade de escolher uma escola com a igualdade de oportunidades, o prólogo recorda que as academias - situadas muitas vezes nas zonas mais desfavorecidas do país - «tiveram progressos a dobrar nos exames finais do ensino secundário em 2008 e 2009».

Modernizar o plano de estudos

Outra linha mestra da reforma avançada pelo governo consiste em rever o plano de estudos. Novamente, Gove explica-se com clareza diante das câmaras televisivas: os trabalhistas, disse à BBC, «criaram uma atmosfera cultural tóxica que empurra os alunos para as cadeiras mais fáceis e menos relevantes para a vida laboral».

O ministro da Educação criticou a inflação de cadeiras fáceis no plano de estudos e, sobretudo, que tenham sido estas a determinarem o *ranking* de qualidade das escolas públicas.

A sua proposta é que, a partir de agora, todos os centros escolares sejam valorizados em função do número de alunos que consigam obter bons resultados nos exames finais do ensino secundário em cinco das cadeiras: Língua Inglesa, Matemática, Ciências, uma língua estrangeira e uma cadeira de humanidades.

Poder-se-ia ser levado a pensar que estamos diante do enésimo confronto entre os defensores da «escola compreensiva» - favoráveis por princípio ao «aprende a conviver brincando» - e os que são simpatizantes da tradicional *Fräulein* Rottenmayer da *Heidi*.

Mas tudo aponta para que, pelo menos desta vez, os pedagogos não tiveram nada a ver com isso. Trata-se mais de uma iniciativa do governo para aumentar a liberdade e a qualidade do ensino na rede pública inglesa, a qual, em geral, é motivo de descontentamento dos pais.

Uma reforma atrevida

A insistência em reforçar a formação dos docentes provocou críticas nalguns sectores. Margaret Morrissey, impulsionadora da campanha «Parents Outloud», considera que «é um erro demonizar continuamente os professores. Em geral, os pais (...) sentem-se satisfeitos com aqueles que ensinam os seus filhos.»

Também os sindicatos de professores - como o Voice ou o National Union of Teacher - concordam que o governo exagerou neste assunto.

Não o considera assim Dale Basset, director do *think tank* independente *Reform* e co-autor do relatório *Every Teacher Matters*. Na sua opinião, o governo acertou em cheio ao «transferir a responsabilidade da formação dos docentes para as escolas». Desta forma, acrescenta, poderão «integrá-la com naturalidade na sua vida quotidiana».

Por seu lado, John O'Leary - editor do *The Times Good University Guide* e da revista *Policy Review* - defende que o Livro Branco é «uma reforma muito ambiciosa que inevitavelmente vai do mais sublime ao mais ridículo».

«Michael Gove», explica John O'Leary, «tinha tanta pressa para implementar a sua proposta (...) que se aventurou em temas - como a formação dos docentes ou a revisão do plano de estudos - onde os anteriores ministros *tories* não se tinham atrevido a fazê-lo. Ter-se-á de ver o que acabará por ficar de tudo isto.»

J. M.